



# Anais da Assembléia

Nº 29

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1982

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Trajano Bastos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pittelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 48/82

Curitiba, 15 de abril de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba, uma área de terreno medindo 21.700 m<sup>2</sup> (vinte e um mil, setecentos metros quadrados), destacada do imóvel denominado "Capão Courisco", situado no bairro do Portão, desta Capital, objeto da transcrição n.º 9.128, às fls. 105, do Livro 3-M, da 1a. Circunscrição do Registro de Imóveis de Curitiba.

Segundo estudos conjuntos realizados pela Coordenação do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração e setores competentes da Prefeitura Municipal de Curitiba, a doação da área em causa é oportuna e necessária, tendo em vista a abertura de várias ruas sobre o já mencionado imóvel de propriedade do Estado e cujos logradouros públicos ocupam a exata metragem constante do Plano de Lei ora submetido a exame dessa augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda

Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Curitiba, uma área de terreno medindo 21.700 m<sup>2</sup> (vinte e um mil e setecentos metros quadrados), destacada do imóvel denominado "Capão Courisco", situado no bairro Portão, desta Capital, objeto da transcrição n.º de ordem 9.128, às fls. 105 do Livro 3-M, da 1a. Circunscrição do Registro de Imóveis desta Capital.

Art. 2.º — A área de terreno objeto da doação que trata o artigo anterior, destina-se a abertura das ruas (prolongamento) Tamoios, Vital Brasil, Brasília Ovídio da Costa, Francisco Frischmann, Bororós e Tabajaras.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 50/82

Curitiba, 20 de abril de 1982.

Sr. Presidente.

Em adiamento à Mensagem n.º 39/81, de 30 de abril de 1981, através da qual submeti à apreciação dessa augusta Casa de Leis anteprojeto dispondo sobre o novo Estatuto da Polícia Civil do Estado, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de que o Anexo II, do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, seja substituído pelo que ora encaminho.

A alteração agora formulada decorre de reexame da matéria, feito em atendimento a reivindicações de várias categorias funcionais de integrantes do quadro da Polícia Civil do Estado, entre as quais as de Detetives, Escrivães, Datiloscopistas e Agentes de Segurança, com vistas a alterar a Tabela de Escalonamento Vertical a que se refere o art. 291 do proposto Estatuto, para, em conseqüência, ser concedida majoração aos respectivos vencimentos, a fim de melhor adequá-los às atribuições cometidas a tais servidores policiais.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

## ANEXO II

### TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL DO PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL

#### A QUE SE REFERE O ARTIGO 291, DESTA LEI

Carreiras	Classes	Índices
Delegado de Polícia	1a. Classe	100
Delegado de Polícia	2a. Classe	91
Delegado de Polícia	3a. Classe	82
Delegado de Polícia	4a. Classe	78
Médico Legista	1a. Classe	84
Médico Legista	2a. Classe	80
Médico Legista	3a. Classe	76
Médico Legista	4a. Classe	72
Perito Criminal	1a. Classe	84

Perito Criminal	3a. Classe	76	Carcereiro	4a. Classe	19
Perito Criminal	4a. Classe	72			
Perito Criminal	2a. Classe	80	Aux. em Manut. Policial	1a. Classe	25
Químico Legal	1a. Classe	84	Aux. em Manut. Policial	2a. Classe	23
Químico Legal	2a. Classe	80	Aux. em Manut. Policial	3a. Classe	21
Químico Legal	3a. Classe	76	Aux. em Manut. Policial	4a. Classe	19
Químico Legal	4a. Classe	72			
Toxicologista	1a. Classe	84	Aux. de Necrópsia	1a. Classe	25
Toxicologista	2a. Classe	80	Aux. de Necrópsia	2a. Classe	24
Toxicologista	3a. Classe	76	Aux. de Necrópsia	3a. Classe	23
Toxicologista	4a. Classe	72	Aux. de Necrópsia	4a. Classe	22
Comissário de Polícia	Classe Única	65	Servente de Necrópsia	1a. Classe	24
Detetive	1a. Classe	60	Servente de Necrópsia	2a. Classe	22
Detetive	2a. Classe	55	Servente de Necrópsia	3a. Classe	20
Detetive	3a. Classe	50	Servente de Necrópsia	4a. Classe	19
Detetive	4a. Classe	45			
Escrivão de Polícia	1a. Classe	60	— Ao Departamento Legislativo.		
Escrivão de Polícia	2a. Classe	55	Mensagem n.º 51/82		
Escrivão de Polícia	3a. Classe	50	Curitiba, 20 de abril de 1982.		
Escrivão de Polícia	4a. Classe	45	Sr. Presidente.		
Perito Policial	1a. Classe	60	Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os		
Perito Policial	2a. Classe	58	fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva		
Perito Policial	3a. Classe	56	alterar os dispositivos que especifica, da Lei n.º 6417, de 3		
Perito Policial	4a. Classe	54	de julho de 1973 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do		
Agente de Segurança	1a. Classe	38	Estado).		
Agente de Segurança	2a. Classe	32	A proposição ora encaminhada a essa augusta Casa de Leis		
Agente de Segurança	3a. Classe	29	consulta plenamente aos superiores interesses da Administra-		
Agente de Segurança	4a. Classe	26	ção, pois virá atender legítimas reivindicações de integrantes		
Datiloscopista	1a. Classe	50	da Polícia Militar do Estado, no sentido de que se lhes conceda		
Datiloscopista	2a. Classe	42	melhoria de remuneração, mediante alteração de valores das		
Datiloscopista	3a. Classe	38	vantagens que especifica e modificação da Tabela de Escalo-		
Datiloscopista	4a. Classe	34	namento Vertical de que trata o Art. 118, da referida Lei n.º		
Téc. em Telec. Policial	1a. Classe	44	6.417/73.		
Téc. em Telec. Policial	2a. Classe	40	Por outro lado, vale ressaltar que a medida foi precedida		
Téc. em Telec. Policial	3a. Classe	37	de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado dos		
Téc. em Telec. Policial	4a. Classe	34	Recursos Humanos, Planejamento, Finanças e de Segurança		
Téc. em Manut. Policial	1a. Classe	38	Pública, cujos resultados estão consubstanciados no anexo		
Téc. em Manut. Policial	2a. Classe	36	Plano de Lei.		
Téc. em Manut. Policial	3a. Classe	33	Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda		
Téc. em Manut. Policial	4a. Classe	31	Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a		
Identi. Datiloscopista	1a. Classe	25	Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distin-		
Identi. Datiloscopista	2a. Classe	23	ta consideração.		
Identi. Datiloscopista	3a. Classe	21	(a) NEY BRAGA		
Identi. Datiloscopista	4a. Classe	19	Governador do Estado		
Oper. Telec. Policial	1a. Classe	32	ANTEPROJETO DE LEI 45/82		
Oper. Telec. Policial	2a. Classe	29	Art. 1.º — Os percentuais da Gratificação de Função		
Oper. Telec. Policial	3a. Classe	26	Policial-Militar, estabelecidos pela Lei n.º 6.417, de 03 de julho		
Oper. Telec. Policial	4a. Classe	23	de 1973 e modificados pela Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro		
Motorista Policial	1a. Classe	36	de 1980, ficam alterados, passando a vigorar na seguinte forma:		
Motorista Policial	2a. Classe	30	1) 40% (quarenta por cento) do soldo:		
Motorista Policial	3a. Classe	27	Curso Superior de Polícia		
Motorista Policial	4a. Classe	25	2) 35% (trinta e cinco por cento) do soldo:		
Carcereiro	1a. Classe	25	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Combatentes		
Carcereiro	2a. Classe	23	3) 25% (vinte e cinco por cento) do soldo:		
Carcereiro	3a. Classe	21	Curso de Aperfeiçoamento de Praças ou equivalente		
			4) 20% (vinte por cento) do soldo:		
			Cursos de Especialização de Oficial e Sargento ou		
			equivalentes		
			5) 15% (quinze por cento) do soldo:		
			Cursos de Especialização de Praças de Graduação		

Inferior a Terceiro Sargento

- 6) 15% (quinze por cento) do soldo:  
Curso de Formação de Oficiais e Sargentos.

Art. 2.º — A Tabela de Escalonamento Vertical estabelecida pelo Art. 118, da Lei n.º 6.417, de 3 de julho de 1973, modificada pelas Leis n.ºs 6.839, de 22 de novembro de 1976 e n.º 7.540, para as categorias de 1981, fica alterada, passando a vigorar, para as categorias abaixo, os índices a seguir fixados:

III - Oficiais Subalternos:

- a) Primeiro Tenente PM - Índice 633  
b) Segundo Tenente PM - Índice 561

Art. 3.º — O art. 93, da Lei n.º 6.417, de 3 de julho de 1973, modificado pelo Art. 1.º, da Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93 — O adicional de inatividade de que trata o item 3 do Art. 78 é calculado e pago mensalmente sobre o respectivo provento de inatividade quando o Policial Militar contar com 30 (trinta) ou mais anos de serviço, nas seguintes condições:

- 1) 10% (dez por cento) para Oficiais Superiores;  
2) 2% (dois por cento) para os demais Oficiais e Praças da Corporação”.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

—Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja apreciado pelo Plenário desta Casa, em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n.º 127/80.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, voto de pesar pelo falecimento ocorrido em data de 25 do corrente, na Cidade do Rio de Janeiro, do Sr. Erich Dauhs.

Tratava-se de pessoa altamente relacionada e estimada na Cidade de Nova Santa Rosa, merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade.

REQUER, outrossim, seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, através da Prefeitura local.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1982.

(a) EGON PUDELL.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MÁSSIMO DEUD, comerciante muito estimado e conhecido no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.

O extinto era pai do Sr. MASSAD DEUD, Superintendente da Receita Federal do Paraná e de JAMIL DEUD, Engenheiro Agrônomo, residente no Município de Clevelândia.

Requer-se ainda, que se dê ciência do presente aos filhos: Massad Deud, nesta Capital, Jamil Deud, residente em Clevelândia e aos Srs. SAMIR DEUD e NAIME DEUD, comerciantes e residentes no Município de São Francisco do Sul-SC, bem

como às suas respectivas filhas.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social - PR.

INPS, solicitando a instalação do escritório de representação daquele órgão no Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1982.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de São José da Boa Vista, localizado no Norte Pioneiro do Estado, conta atualmente com uma população aproximada de 10.990 habitantes, sendo que quase 10 por cento desta população contribuem para este órgão e, estes contribuintes para tratar de seus interesses junto ao órgão são obrigados a deslocarem-se do município, criando na maioria das vezes grandes transtornos, além disso, dado ao acúmulo de serviço, o escritório da cidade de Wenceslau Braz, que atende o Município de São José da Boa Vista, não consegue dar um bom atendimento aos contribuintes do município reivindicante.

Sendo assim, é de suma importância a instalação urgente deste escritório de representações.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um apelo ao Superintendente Regional de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A Sr. LUIZ NORBERTO DA SILVA RATTO, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros para a implantação de Eletrificação Rural no Distrito de São Pedro do Florido, Município de Santo Antônio do Sudoeste.

A população daquele distrito há muito carece de eletrificação rural para melhoria de suas condições de vida e desenvolvimento econômico do distrito e da região.

Requer ainda, seja dada ciência do presente aos Vereadores Arlindo Rabesco e Luiz Tonini, representantes do Distrito de São Pedro do Florido, junto à Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. SEGISMUNDO MORGENSTERN, DD. Secretário de Recursos Humanos do Estado do Paraná, para que informe por gentileza a esta Casa, quais as razões que não foram chamadas a tomar posse, as pessoas concursadas, conforme EDITAL 06/82, publicado no Diário Oficial 1233, de 17 de fevereiro de 1982.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

A demora no chamamento desse pessoal está causando sérios transtornos aos mesmos e suas respectivas famílias, pois, muitos deles, com a promessa de aproveitamento rápido, deixa-

ram seus empregos para assumirem este, para o qual, prestaram exame de seleção.

O presente requerimento tem a preocupação precípua de prestar informações aos interessados que estão passando por sérias privações e ao mesmo tempo grandes dificuldades financeiras.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública e ao Sr. Comandante da Polícia Militar, comunicando violências policiais perpetradas no Município de Loanda, contra o cidadão ELIAS ALVES DA SILVA, para o que junta cópia de denúncia oferecida pela douta Promotoria daquela Comarca.

Requer ainda, o envio de cópias ao MM. Juiz de Direito e ao DD. Promotor Público de Loanda.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

A sociedade anseia pela recuperação do brilho da imagem da Segurança Pública, pois é de seu próprio meio que emergem os elementos que a compõem.

Ela, a sociedade, não admite conviver com o medo, a opressão, a violência.

Ela, a sociedade, carece de tranquilidade para trabalhar, estudar, viver.

A sociedade anseia por ver no agente de sua segurança, a personificação da serenidade, do respeito, de um comportamento justo, temperado.

Atos como os registrados contra a pessoa do Sr. ELIAS ALVES DA SILVA, carecem ser banidos dos livros de ocorrências policiais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER após ouvido o Plenário e na ata dos trabalhos de hoje, seja designada a data de 26/5/82, para a entrega, em Sessão Solene, do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. ALÉSSIO VAZ PRIMO, Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil S/A em Brasília - Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 46/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO PONTAGROSSENSE, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1982.

(a) CYRO MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 21/4/60, com sede na Rua Balduino Taques, 1616, em Ponta Grossa, a "Casa do Estudante Universitário de Ponta Grossa" tem como objetivo auxiliar os estudantes que vêm de outros municípios, estudar na Universidade local, mantendo alojamento e alimentação e os meios necessários para morar e estudar.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito se falou, na imprensa, e mesmo nesta Casa, a respeito da interpelação judicial que o Senador Leite Chaves fizera ao Sr. Governador e ao ex-Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, a respeito da aplicação de recursos providos de empréstimos externos, na importância de cem milhões de dólares e de 61 milhões de dólares, aprovados, respectivamente pelas Resoluções do Senado, 31/79 e 87/79.

O Tribunal de Justiça indeferiu o pedido, porque entendeu que não seria a via legal para responder às solicitações que o Senador pedia.

E, como até o presente momento, pelo menos para efeito moral, nem o Sr. Governador do Estado nem o seu ex-Secretário de Desenvolvimento dos Municípios deram qualquer esclarecimento público sobre a interpelação do Senador Leite Chaves, como é do dever de todo homem público que cuida do dinheiro do povo, nós, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar à Mesa um requerimento que está vasado nos seguintes termos:

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e embasado nos seus direitos assegurados por lei, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, sejam solicitadas junto ao Tribunal de Contas do Estado, informações e respectivos elementos comprobatórios da aplicação dos recursos oriundos de empréstimos externos, em dólar, pelo Governo do Estado do Paraná, correspondente às parcelas de US\$ 100.000.000 (cem milhões de dólares) e US\$ 61.000.000 (sessenta e um milhões de dólares), autorizados, respectivamente, pelas Resoluções do Senado Federal 31/79 e 87/79.

O presente pedido, fundamenta-se no questionamento do Senador Leite Chaves, em processo de interpelação judicial ao Sr. Governador do Estado, Gal. Ney Aminthas de Barros Braga, e seu ex-Secretário de Estado, Dr. Saul Raiz, com base em sonegação de informações pelos mesmos ao próprio Senado Federal, conforme esclarece o Presidente do Senado no ofício-resposta encaminhado ao interpelante, Senador Leite Chaves.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1982".

Era esse o requerimento que queríamos encaminhar à Mesa, para que esta Casa solicite ao Tribunal de Contas, as informações aqui pedidas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz aqui, são dois assuntos primordiais de nossa região.

Primeiramente, Sr. Presidente, para transmitir ao Governador Ney Braga, a satisfação do povo de Figueira, pela sanção do Município de Figueira, onde recebemos o carinho daquela população, e queremos agradecer à nossa bancada, pela cobertura que nos deu, e ao Governador Ney Braga, por haver dado a sanção ao município, número 304; Figueira, numa apoteose, haverá de dar a Saul Raiz uma votação maciça, e ao Governador Ney Braga também, para o Senado e para o Governo do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos hoje aqui também com uma equipe do Deputado Túlio Zanchet, que há de ter o respaldo para a criação de mais um município dos homens que

trabalham naquela região, homens sofridos, de mãos calosas que têm, na Assembléia Legislativa, um representante digno, um representante do gabarito de Túlio Zanchet e, no Governo do Estado, um homem do gabarito de Ney Braga e, no futuro Governo, um homem do gabarito de Saul Raiz.

Ao futuro Município de Pranchita, os nossos cumprimentos e a minha solidariedade por intermédio desse dinâmico Deputado, Túlio Zanchet.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria agora, apenas entrar numa questão em que o nosso partido precisa de compreensão, onde os Deputados do PDS, onde o povo que quer ganhar a eleição precisa da compreensão do Sr. Secretário dos Transportes; este homem, faz ouvidos moucos aos apelos dos homens que trabalham; esse homem que não deu satisfação aos homens da nossa grei política de Jundiá do Sul e Ribeirão do Pinhal, este homem que está deixando perecer a infra-estrutura de uma estrada, este homem que está deixando perecer o dinheiro do povo, quando foi feita uma infra-estrutura, Sr. Presidente, para apenas espargir asfalto para que se pudesse interligar Ribeirão do Pinhal a Jundiá do Sul; este homem que está fazendo ouvidos moucos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa do meu Paraná, que está fazendo ouvidos moucos quanto à estrada necessária, de Tomazina a Salto do Itararé.

Qual será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as justificativas que iremos levar aos nossos companheiros sobre essa negligência de um Secretário inoperante?

Digo inoperante, Sr. Presidente, porque todos os meses estou a cobrar, desta tribuna, inoperante e faltoso para com o respeito a esta Assembléia; homem que não tem competência, homem que deveria pedir demissão eis que nem resposta dá, Sr. Presidente, para que a Assembléia Legislativa, para que os homens do seu Partido, tenham pelo menos algo a dizer aos seus companheiros.

As estradas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de Ribeirão do Pinhal a Jundiá do Sul, já estão com a infra-estrutura, Sr. Presidente, e vão servir de críticas para os nossos companheiros, e com justa razão, da Oposição.

A estrada, Sr. Presidente, de Tomazina a Salto do Itararé, vai servir de tristeza, lá no Céu, ao Deputado Aguinaldo Pereira Lima, eis que o Sr. Secretário dos Transportes mentiu, muitas e muitas vezes, que haveria de entregá-la antes das eleições, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno nem para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, pelo PDS, no Horário da Liderança.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Mais uma vez ocupamos nesta tarde a tribuna, para ressaltarmos problemas de grande interesse para o Estado do Paraná.

Antes porém, gostaríamos de dizer da satisfação que temos na condição de autor do projeto que cria o Município de Pranchita e de contarmos, nesta tarde, com a presença bastante numerosa das lideranças daquele distrito ora em processo de emancipação e que conta aqui também com a presença da Comissão de Emancipação, presidida, unanimemente, pelo Reverendíssimo Padre José Bozann e acompanham também o Vereador Rosalino Roveda e o Suplente de Vereador Bolivar Rizzi, Valentim Fachinello e na pessoa deste, todos os demais e contando também com a presença do primeiro médico que lá se radicou, que labutou naquelas terras na fronteira da Argentina, portanto, um dos pontos mais longínquos do Estado do Paraná, e me refiro ao batalhador, ao abnegado médico, Dr. Flávio Cini.

Contamos também com a presença do Capitão Jaime,

das pessoas interessadas na emancipação de Pranchita, cujo projeto tramita há quase dois anos na nossa Casa de Leis e que agora atinge sua fase final.

Passou por todos os caminhos legais, passou por duas vezes na CCJ, recebendo os pareceres favoráveis por unanimidade, tanto da primeira vez, quando relatado pelo ilustre Deputado Airton Cordeiro, como da segunda, também tão bem relatado pelo ilustre Deputado Jurandir Messias, a quem queremos aqui externar o nosso reconhecimento e também a todos os doutos componentes da CCJ, e queremos também agradecer as palavras bondosas dirigidas pelo orador que me antecedeu, o ilustre Deputado Gabriel Manoel, que também dizia do seu contentamento quando viu criado o Município de Figueira, o 34º município do nosso Estado do Paraná.

Outros municípios também estão com os projetos em tramitação e esperamos que esta contribuição venha fortalecer cada vez mais o grande Estado do Paraná e Pranchita, que é um dos municípios que, tenho certeza, emancipado, dará grandes resultados positivos, pois é o que faz já hoje a população laboriosa e ordeira de todas as classes sociais que lá habitam, mas principalmente a brava gente que trabalha na agricultura, produzindo os produtos essenciais de primeira necessidade e dá uma contribuição marcante, pois, numa estatística de análise do Sudoeste do Estado, Pranchita é o município que mais se destaca em produção de todo o Sudoeste, e podemos dizer também, sem sombra de dúvida de que, pelas condições de seu solo, é, por hectare, um dos municípios que mais produz no Estado do Paraná.

Por isso, da nossa satisfação, e por isso temos certeza de que todos os ilustres representantes nesta Casa de Leis, Situação e Oposição, num reconhecimento por unanimidade, haremos de criar, hoje, ele está em segunda votação e depois de amanhã em terceira votação e em Redação Final, haveremos então de complementar o nosso trabalho e dizendo o nosso sim ao Município de Pranchita e a esses ilustres representantes que aqui se encontram. E que levem para os seus lares, que levem também para todos os companheiros e os amigos lá e de Pranchita, o reconhecimento dos representantes aqui, nesta Casa de Leis, como já disse, tanto da Situação como da Oposição e a confiança também do Governo do Estado, do ilustre Governador Ney Braga, que temos certeza, sancionará esse projeto e fazendo com que Pranchita, então, obtenha a sua autonomia.

Assunto de relevante importância, como disse no início, é o assunto que diz respeito às Serventias da Justiça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente ocupo esta tribuna, hoje levado pela preocupação e pela insegurança que atingem muitos serventuários da Justiça, no que concerne ao provimento das Serventias da Justiça em nosso Estado, e porque não reconhecer, em todo o Brasil.

A Constituição Brasileira — Emenda Constitucional número 07, de 13/4/77, em seu texto referente às Serventias em apreço, diz:

Art. 206 — Ficam oficializados as serventias do foro judicial e extrajudicial, mediante remuneração de seus servidores exclusivamente pelos cofres públicos, ressalvada a situação dos atuais titulares, vitalícios ou nomeados em caráter efetivo.

§ 1o. — Lei Complementar, de iniciativa do Presidente da República disporá sobre normas gerais a serem observadas pelos Estados e pelo Distrito Federal na oficialização dessas serventias.

§ 2o. — Fica vedada, até a entrada em vigor da lei complementar, a que alude o parágrafo anterior, qualquer nomeação em caráter efetivo para as serventias não remuneradas pelos cofres públicos.

§ 3o. — Enquanto não fixados pelos Estados e pelo Distrito Federal, os vencimentos dos funcionários das mencionadas

serventias, continuarão eles a perceber as custas e emolumentos estabelecidos nos respectivos regimentos.

Como se infere, urge que a Presidência da República tenha a iniciativa da Lei Complementar que disporá sobre as normas gerais a serem observadas pelos Estados na oficialização das Serventias da Justiça.

Entretanto, enquanto a tão necessária Lei Complementar não surge, façamos um breve relato das formas de provimento das Serventias em questão, até agora utilizadas e que devem continuar vigorando, para resguardo dos justos interesses de tantos serventuários.

O Artigo 179, do antigo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado dizia.

“A remoção dos titulares de Ofícios, só admitida em Comarcas de igual entrância, far-se-á mediante indicação uninominal pelo Tribunal Pleno e por ato do Governador do Estado, e somente no interesse da Justiça, observada a seguinte ordem de preferência:

- I. os titulares de Ofício de igual natureza, da mesma Comarca;
- II - os titulares de Ofício de igual natureza, de outras Comarcas;
- III - os titulares de Ofícios diversos, da mesma Comarca;

O novo Código, ora em vigor, eliminou a igualdade de entrâncias para remoção ao dizer.

Art. 159 – A remoção dos titulares de Ofícios far-se-á mediante indicação em lista tríplice, quando praticável, organizada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça e por Ato do Governador do Estado, e somente no interesse da Justiça, observada a seguinte ordem de preferência.

- I. os titulares de Ofício de igual natureza e
- II. os titulares de Ofícios diversos.

Como observamos, nada obsta que os provimentos, sob suas diferentes formas continuem a serem efetivados; tais formas são: Nomeação, Remoção, Permuta, Aproveitamento e Designação.

Contudo, enquanto a Lei Complementar não emana da Presidência da República, inúmeros processos se encontram parados ou arquivados no Poder Judiciário, intranquilizando serventuários que reúnem todos os requisitos de direito para o preenchimento dos cargos, alguns porque almejam quaisquer das formas de provimento já citadas, outros porque estão respondendo pelo Ofício em caráter precário, todos entretanto com a insegurança que a atual situação das Serventias as condiciona.

Recente publicação no Diário Oficial (17/11/81) -- Decreto Governamental n.º 4413 - nos dá conhecimento de que os provimentos cartorários continuam, esporadicamente. Porque então não agilizar a tramitação de tantos processos idênticos ou similares, em benefício da própria Justiça?

Entendemos que o Poder Judiciário deve dar prosseguimento e, através do Conselho Superior da Magistratura, decidir e oferecer os elementos jurídicos necessários para os decretos governamentais, pois, nestes casos, o Governo do Estado fica na dependência das decisões do ilustrado Conselho Superior da Magistratura.

Finalmente, conclamamos os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para que, em iniciativa conjunta e urgente, façam as gestões que se exigem para a Presidência da República no sentido que se elabore a tão reclamada Lei Complementar a que alude o § 1.º, do Art. 206 da Carta Magna da República.

Tal procedimento se faz necessário, não só em benefício dos serventuários como da própria população, vez que envolve a agilização da justiça e a prestação inclusive da tutela jurisdicional, vez que a Lei Complementar em apreço, versará sobre foro judicial e extrajudicial, pilastras da distribuição rápida e equitativa da Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – A Mesa consulta a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS – Usará o horário, o Deputado Nilton Friedrich.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após um giro de oito dias, visitando mais de oito municípios, - basicamente municípios que compõem a famigerada Área de Segurança Nacional, usamos a tribuna neste dia para encaminhar à Mesa, juntamente com outros Parlamentares que assim esperamos possam subscrever este pedido, no sentido de que possamos, junto às lideranças dos partidos com assento no Congresso Nacional, aos Presidentes da Câmara Federal e Senado da República, ao Conselho de Segurança Nacional, ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao Ministro da Justiça, que haja a liberação das chamadas Áreas de Segurança Nacional, Prefeituras das Capitais, Estações Hidrominerais, possibilitando eleições livres, diretas, em novembro de 82, inclusive com o apoio à Emenda Constitucional n.º 83/81.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na sexta-feira a comitiva do Governo do Estado se encontrava no Município de Santa Helena e, logo após, o Município de Marechal Cândido Rondon, dois dos municípios que mais estão lutando para que haja um término às chamadas Áreas de Segurança Nacional, viabilizando por consequência, as eleições diretas para as Prefeituras Municipais.

Nós que ainda na sexta-feira passávamos pelo Município de Santa Helena, vimos como há a disposição popular em torno das eleições diretas naquela região. Exatamente quando o Governo do Estado fazia mais um banquete eleitoral em que a inauguração do asfalto tinha todos os contornos de um comício eleitoral, a surpresa maior ficou por partes de setores da população, que praticamente inundaram as principais avenidas, com milhares e milhares de panfletos, conclamando a que nós tenhamos eleições diretas naquele e nos demais municípios, inclusive colocando com muita clareza, que prefeito que é prefeito, tem que ser eleito. Independente de quem possa ter realizado esta proposta, ficou evidente a disposição, o anseio da população dos municípios considerados dentro da área de segurança, bem como também ao anseio de todos os habitantes das capitais estaduais, e das estâncias hidrominerais, para eleições livre e diretas, para que lhes permita a escolha de seus Governadores municipais.

Uma aspiração sem dúvida justa e legítima. Embasada no espírito democrático que reivindica ampla participação da comunidade, na direção dos seus próprios destinos. A legislação atual impede a eleição direta a nível municipal para a escolha de prefeitos nesses municípios. Uma legislação que se inspirou nas determinações de outra época e de outra política que não aquela que hoje procuramos consolidar como conquista de am-



plas liberdades política do Brasil.

É justo, tempestivo e extremamente urgente, que este esforço por parte de populares da população e de todas as lideranças realmente embuídas de espírito democrático, possa se somar no sentido de revogar os obstáculos impostos a uma grande parcela de brasileiros hoje sem direito de escolher, através de eleições diretas, os seus prefeitos.

Por isso, nós queremos convidar que todos os parlamentares que tenham qualquer representatividade nos municípios de área de fronteira, de área de Segurança Nacional; municípios, como da Capital do Estado, para que possamos nesse instante pressionar o Congresso Nacional, no sentido de que haja a liberação dos municípios de Área de Segurança Nacional.

Bastaria um só argumento, de que no momento em que nós estamos já em plena campanha política que o Governo do Estado, é contraditório, é inadmissível que parcela do País, através das comunas municipais ainda esteja castrada na possibilidade de eleger seus governantes municipais, eleger-se o Governo do Estado e ainda está totalmente incerta a possibilidade de eleições nas Áreas de Segurança, nas prefeituras das capitais. E basta aqui um outro argumento complementar, 60% da população brasileira, hoje reside nas capitais dos Estados. Portanto mais de 70 milhões de brasileiros têm hoje o direito de escolher os seus prefeitos. E se somar a isto, mais de uma centena de municípios que também estão impossibilitados de eleger os seus prefeitos, nós estamos diante de um entrave não só a renovação pública nestas áreas mas acima de tudo a participação na comunidade nos destinos dos seus municípios. O Sr. Werner Wanderer — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Primeiramente, eu gostaria de dizer ao nobre Deputado que nós estamos inteiramente favoráveis a este requerimento que Vossa Excelência está apresentando na tarde de hoje. Agora gostaríamos de discordar de algumas posições: — 1.º, dia 23, sexta-feira passada, o Governador Ney Braga esteve em Santa Helena, inaugurando o trecho Santa Helena-Vera Cruz. E o Prefeito Pedro Clatz, já que o Governador Ney Braga ia participar desta inauguração, limpou a cidade, caprichou na cidade e não foi o povo de Santa Helena que distribuiu este folheto que eu tenho na mão, milhares de folhetos. Foram alguns correligionários de Vossa Excelência que sujaram a cidade, porque se eles tivessem aproveitado esses papéisinhos aqui, para dar aos estudantes, eu tenho certeza de que eles seriam mais aproveitados. Sujaram a cidade que estava limpa, soltaram milhares de folhetos destes, inclusive, aqui diz: "O povo de Santa Helena quer eleições para prefeito". Nós também queremos eleições para prefeito.

Agora, eu só admiro que sujem uma cidade que tanto trabalho deu para limpar.

Vou mais além, nobre Deputado Nelson Friedrich. Em Marechal Cândido Rondon, também, o Governador esteve lá. Só que lá não tiveram coragem de soltar estes panfletos, porque, lá não ia colar este negócio. Sujar uma cidade, o povo de lá não aceitaria isso.

E eu gostaria de dizer ao nobre Deputado, que com eleição, ou sem eleição, o PDS ganha em Santa Helena, em Marechal Cândido Rondon, nos Municípios de Segurança Nacional.

Por isso, nós endossamos inteiramente o seu requerimento e tomara que saia eleição para mostrar daí quem é o certo, ou quem é o errado.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte, mas discordo profundamente quando Vossa Excelência diz que sujaram a cidade.

Exigir que, convocar para a ação democrática de um pleito, não é sujar, é limpar a cidade.

O Sr. Werner Wanderer — Se dependesse de Santa Helena ia ter eleição.

O SR. NELTON FRIEDRICH — É limpar a cidade do comando

político. Não se trata de sujar as ruas. A prática democrática tem como tribuna a rua, tem como tribuna a calçada, o passeio, a praça pública.

Então, o que nós queremos e o que houve a conclamação espontânea de setores da comunidade de Santa Helena, foi para limpar as cidades e Municípios de Segurança Nacional. Nós precisamos limpar a área deste famigerado princípio de Área de Segurança Nacional, quando exatamente, Sr. Presidente, é nas Áreas de Segurança Nacional em que mais existem o tráfico de influências, em que mais acontece o tráfico do furto de automóveis, em que mais se transita o contrabando. Começa no Norte vai até a divisa do Estado do Mato Grosso do Sul.

As Áreas de Segurança Nacional hoje, negam o princípio mais elementar de segurança, porque, é onde mais se realiza o transporte dos veículos furtados do Brasil para o Paraguai.

Aonde mais acontece o transporte do gado contrabandeado do Paraguai para o Brasil. É aonde mais ocorre o transporte da soja e do café.

Então, Sr. Presidente, onde está esta Segurança Nacional? Precisamos limpar o Paraná e o Brasil destes falsos princípios que estão sujos pela ausência de democracia. Um País que impede que 70 milhões do seu povo nas capitais de Estado tenham a autonomia de dizerem o que querem é um País castrado.

Porque, a contribuição, Sr. Presidente, é uma das coisas mais sérias que existe em qualquer País. É o contribuinte neste País que é ignorado, é subjugado aos interessados de um autoritarismo presente a tantos anos. Porque para pagar os impostos é competente. Para pagar taxas ele realmente está à disposição. Mas, a hora que ele tem que exercer o direito livre e sagrado do voto livre, direto e universal, castram-lhe esta oportunidade.

Por isso, nós queremos eleições na Área de Segurança Nacional, nas prefeituras das capitais, nas estâncias hidrominerais e o ilustre Deputado da região, que eu agradeço desde já o apoio e preciso e conto com ele, que também contaria com o apoio do Deputado Tércio Albuquerque, do Deputado Egon Pudell, Gernote Kirinus, que, inclusive, é um dos líderes do CONAN, que é um Comitê Nacional e a autonomia dos municípios sem uma cor partidária.

Mas, nós entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso no nosso entendimento é fundamental. Que no instante que eleições de Governadores estão se avizinando, nós ainda não temos uma definição e o PDS que já negou outrora a possibilidade desta autonomia tem e terá em maio e convoco aqui todos os Deputados desta Casa, para que exercitem, em maio, quando a Emenda Constitucional n.º 83/81, de um Deputado aqui do Paraná, Maurício Fruet, estiver sendo votada no Congresso Nacional esteja presente e lotado, com a vontade democrática de homens do PDS, como disse agora o Deputado Werner Wanderer, que seja, sim, no Congresso Nacional, as apirações de milhões e milhões de brasileiros, que querem esta autonomia, que precisam desta liberdade, que são contribuintes, mas que estão, na verdade, impossibilitados de eleger, pelo voto livre, secreto, universal e direto, o seu Governante, o que vai manusear e dirigir as receitas públicas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos que o momento é agora; nós não podemos ficar nesta incerteza. São mais de 100 municípios no Brasil, as eleições estão aí próximas, os prazos do próprio Tribunal Eleitoral começam a se esgotar, e, até agora, nem Conselho de Segurança Nacional, nem Ministério da Justiça, nem o Congresso Nacional tomam uma posição clara, definida, e de maneira insufismável.

Esta é a posição do PMDB, é a posição de ontem e a posição de hoje, que sei que também é a posição que está escrita no programa do PDS. Mas, será que ela vai ser negada mais uma vez? Acredito que não. Tenho esperanças que, em maio, quando esta emenda do Deputado Maurício Fruet estiver sendo

votada, nós possamos realmente casar os interesses e as vontades de milhares e milhares de brasileiros, com o interesse e a vontade do Partido do Governo, se somando a todos os partidos da Oposição, devolvendo ao povo brasileiro, nas Áreas de Segurança Nacional, nas estações hidrominerais e nas capitais de Estado a sua autonomia, libertando-os desta vergonhosa situação de uma dependência, primeiro, de comando político, e, segundo, de um autoritarismo inconveniente, indesejado, e que a população clama por este grito de liberdade na sua vida comunitária.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 06/79, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABATIÁ”, na forma e como especifica.

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 06/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABATIÁ, com sede e foro na cidade de Abatiá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

Em votação — Aprovado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Questão de Ordem) Ape-  
nas para solicitar verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verifi-  
cação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

11 Srs. Deputados aprovam, 2 Srs. Deputados rejeitam.  
Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão,  
marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, às 15:00 horas,  
destinada a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná  
ao Senhor João Calixto de Medeiros.

Marcando ainda, outra sessão ordinária, para o dia 28,  
quarta-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia,  
marcada para a sessão de hoje e mais

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 100, 144 e 157/81.  
Levanta-se a sessão.



## FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR -- FEPPA

## BALANCETE DO MÊS DE SETEMBRO DE 1981

DÉBITO		CRÉDITO
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	6 896 48	RENDAS DIVERSAS 32.920.607,69
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTA POUPANÇA	13.367.370,43	RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES 9.773 470 81
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A CONTA POUPANÇA	8.668 156 56	BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A CONTA ESPECIAL 678 730,54
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	24.197.942,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 61.640.620,03
VALORES MOBILIÁRIOS	48.878.636 28	
MATERIAL CONSUMO	11.828 70	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	104 950,00	
PENSIONISTAS	8.577.033,00	
SEGUROS	149.964,50	
DESPESAS BANCÁRIAS	1.020.551,12	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	30 100 00	
TOTAL	105.013.429,00	TOTAL 105.013.429,07

Reconhecemos a exatidão do Presente Balancete somando a importância de cento e cinco milhões, treze mil quatrocentos e vinte e nove cruzeiros e sete centavos".

(aa) VICENTE PASCHOAL RODACKI  
Contador CRC 6635-PR

ANTONIO FACCI  
Presidente

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA  
Tesoureiro

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA

BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 1981

DÉBITO		CRÉDITO
Banco do Estado do Paraná S/A : Agência Centro Cívico	1.617.414,26	Rendas Diversas 34.012.206,84
Caixa Econômica Federal Conta Poupança	13.367.370,43	Renda de Contribuições 10.992.572,23
Banco do Estado do Paraná S/A : Conta Poupança	8.668.156,56	Patrimônio Líquido 61.640.620,03
Empréstimos Concedidos	22.980.704,80	
Valores Mobiliários	48.878.636,28	
Material Consumo	12.158,70	
Serviços de Terceiros	104.950,00	
Pensionistas	9.656.504,00	
Seguros	191.099,50	
Despesas Bancárias	1.138.304,57	
Móveis e Utensílios	30.100,00	
TOTAL	106.645.399,10	TOTAL 106.645.399,10

Reconhecemos a exatidão do presente Balancete somando a importância de "cento e seis milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e nove cruzeiros e dez centavos

(aa) VICENTE PASCHOAL RODACKI  
Contador CRC 6635-PR

ANTÔNIO FACCI  
Presidente

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA  
Tesoureiro

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA

BALANÇO PATRIMONIAL

REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1981

ATIVO		PASSIVO
DISPONÍVEL		PATRIMÔNIO
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. Ag. Centro Cívico Ag. Muricy	2.587.123,66 16.295,15	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Saldo em 31.12.80 do Exercício
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S.A. Conta Poupança	12.425.970,44	61.640.620,03
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Conta Poupança	16.078.137,03	41.188.626,98
VALORES MOBILIÁRIOS Existentes	48.878.636,28	
REALIZÁVEL Empréstimos Concedidos	22.812.984,45	
IMOBILIZADO Móveis e Utensílios	30.100,00	
TOTAL DO ATIVO	102.829.247,01	TOTAL DO PASSIVO
		102.829.247,01

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço cujos valores somam a importância de Cr\$ 102.829.247,01 (cento e dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil e duzentos e quarenta e sete cruzeiros e um centavo).

aa) ANTÔNIO FACCI  
Presidente

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA  
Tesorero

VICENTE PASCHOAL RODACKI  
Contador CRC 6635 PR

**FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA**  
**CONTA DE RESULTADO – EXERCÍCIO DE 1981**

DÉBITO		CRÉDITO
Material de Consumo	24.296,70	Rendas de Juros e C. M. 41.266.666,67
Serviços de Terceiros	212.144,90	Rendas de Contribuições 13.439.325,07
Pensionistas	11.815.446,00	
Seguros	280.687,00	
Despesas Bancárias	1.184.791,06	
Patrimônio Líquido		
TOTAL	54.705.991,74	TOTAL 54.705.991,74

(aa) ANTÔNIO FACCI  
Presidente

TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA  
Tesorero

VICENTE PASCHOAL RODACKI  
Contador CRC 6635-PR